

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9057 | Salvador, terça-feira, 01.04.2025

Presidente em exercício Elder Perez



ULTRALIBERALISMO

Moradia, um negócio para poucos



Milhares de pessoas sofrem com falta de acesso à moradia digna

No Brasil, há mais imóveis do que pessoas para morar, enquanto a população em situação de rua bate recordes. A especulação imobiliária transforma moradia em mercadoria,

excluindo milhões do direito básico de ter um teto. A crise habitacional só aumenta, enquanto as políticas públicas falham em resolver o problema.

Página 4

Movimentos tomam as ruas pela justiça e democracia

Página 2

Sobrecarregados, bancários enfrentam desafios

Página 3

Condenação para quem conspira contra a nação

Movimentos populares vão às ruas lutar pela democracia e justiça

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

PARA a democracia se firmar efetivamente no Brasil é fundamental que a Constituição seja cumprida. Ninguém pode

estar acima da lei. E isso vale para o ex-presidente Jair Bolsonaro, um dos oito réus na tentativa de golpe de Estado.

Justamente com este objetivo, movimentos populares realizam até hoje (1/04) manifestações em todo o país. Não há momento mais oportuno para os atos. Hoje, 1 de abril, a ditadura civil-militar, um dos períodos mais som-

brios da história, completa 61 anos. É fundamental que, neste dia, a sociedade se una em um grito por justiça e pela preservação da democracia, para que os erros do passado nunca mais se repitam.

Em memória aos 61 anos de ditadura civil-militar (1964-1985), ocorrerá a 5ª edição da Marcha do Silêncio, organizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia. A caminhada, que reúne familiares e militantes dos 32 desaparecidos baianos, terá início na Praça da Pie-

dade, às 16h, com destino ao Monumento aos Mortos e Desaparecidos Baianos. O ato relembra as atrocidades da ditadura e cobra justiça, já que os responsáveis por crimes contra a humanidade ainda permanecem impunes. A concentração começa às 14h30 na praça, aberta a todos que desejam se juntar ao protesto.



Um dia triste para o jornalismo baiano. Morre Karde Mourão

O **DOMINGO** amanheceu triste para o jornalismo e o movimento sindical. O Sindicato dos Bancários da Bahia lamenta profundamente o falecimento da jornalista Kardé Mourão, aos 65 anos, após uma corajosa batalha contra o câncer. Sua trajetória foi marcada pela defesa incansável dos direitos dos jornalistas e trabalhadores, deixando um legado de luta e compromisso com a justiça social.

Muito além da profissão, Kardé foi uma liderança respeitada. Como presidente do Sinjorba (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia), esteve à frente da luta pela exigên-

cia do diploma para o exercício do jornalismo e sempre ergueu a voz por melhores condições de trabalho para a categoria.

Em 2019, nove anos após deixar a presidência do sindicato, articulou o movimento "Começar de Novo", reunindo dezenas de profissionais para revitalizar a entidade.

Sua atuação no sindicalismo fez dela uma referência. Formada pela UFBA (Universidade Federal do Estado da Bahia) em 1981, trabalhou na TV Aratu, foi assessora da CUT (Central Única dos Trabalhadores), CTB (Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil), APLB, Sindicato dos Bancários, Sinposba (Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustíveis da Bahia) e outras entidades.

Também integrou a comissão da Fenaj que formulou o primeiro Manual de Assessoria de Imprensa do país, em 1985. Mais do que uma jornalista, Kardé acreditava na transformação do mundo através da comunicação. Seu velório ocorreu no domingo (30/03), no Jardim da Saudade.



Até quando a impunidade?

O **BRASIL** ainda carrega as cicatrizes da ditadura, enquanto os algozes seguem impunes. Agora, a ONU (Organização das Nações Unidas) quer saber se o país avançou na busca por justiça ou segue refém da impunidade?

Entre 30 de março e 7 de abril, Bernard Duhaime, relator especial da ONU, desembarca em terras brasileiras para avaliar se o Estado finalmente tomou medidas concretas para punir torturadores, resgatar a memória das vítimas e impedir que horro-

res como estes se repitam.

A agenda inclui encontros com autoridades, vítimas e entidades em Brasília, São Paulo e Rio. O relatório final será apresentado em setembro no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Por décadas, governos ignoraram a necessidade de responsabilização dos crimes da ditadura. A Lei da Anistia foi usada como escudo para torturadores, enquanto os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia e o assassinato de Vladimir Herzog seguiam sem justiça. O Brasil já foi condenado duas vezes pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas os responsáveis nunca foram julgados. Agora, a ONU cobra respostas. A impunidade não pode ser o legado permanente da história brasileira.



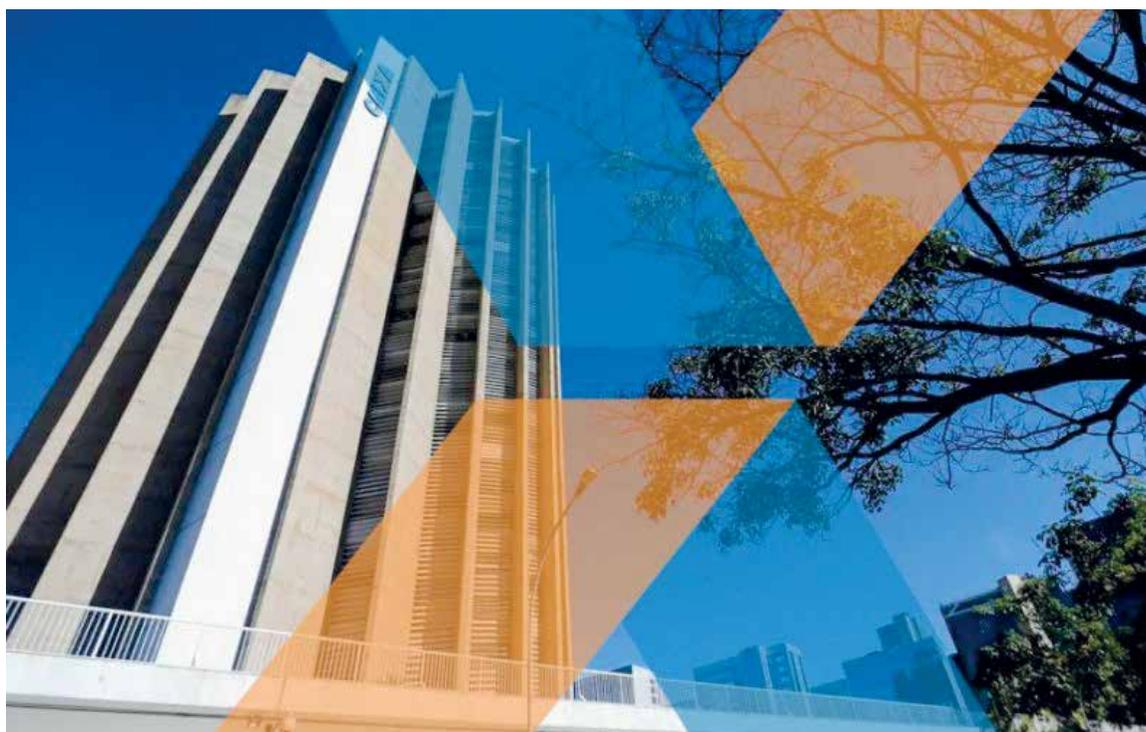
Defesa do plano de saúde é pauta dos trabalhadores

A DEFESA por um Saúde Caixa, cuja sustentabilidade está ligada nas premissas de pacto geracional, solidariedade e mutualismo, que mantém o plano muito superior aos existentes no mercado, continua no foco do quadro de pessoal do banco.

Durante a reunião, que aconteceu na semana passada, o Conselho de Usuários do Saúde Caixa deu continuidade à discussão sobre pontos que tem gerado insatisfação entre os trabalhadores, reforçando a cobrança por estruturas adequada para as Gipes (Gerências de Filiais de Gestão de Pessoas), retorno dos comitês regionais de credenciamento e descredenciamento, fim dos aumentos das mensalidades e melhorias no atendimento da assistência médica.

A representação dos trabalhadores também denunciou a queda de participantes, a grande maioria são os aposentados, devido à altas despesas com o Saúde Caixa. Na prática, os empregados estão arcando com 50% ou mais dos custos do plano.

Os empregados vão seguir mobilizados pelo Saúde Caixa. A reivindicação também é pela apresentação dos dados contábeis e financeiros para verificação constantes do relatório atuarial. Assim que finalizado, é necessário o agendamento de uma reunião extraordinária.



Pela valorização dos empregados

Altas demandas causam sobrecarga aos bancários e prejudicam suas vidas

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

O GRANDE volume de recursos liberados através do programa Crédito do Trabalhador pela Caixa, acima de R\$ 1 bilhão nos sete primeiros dias de vigência, reforça a necessidade de a Caixa valorizar e respeitar os empregados responsáveis pelo atendimento à população.

Segundo dados da Dataprev, em uma semana, foram firmados mais de 200 mil contratos, entre as mais de 12 milhões de propostas de crédito enviadas pelos funcionários da estatal. O valor mé-

dio de empréstimo por trabalhador foi de R\$ 6.623,48, com parcelas médias de R\$ 347,23, em um tempo médio de 19 meses.

Com a imensa procura pelo crédito, a CEE (Comissão Executiva dos Empregados) da Caixa aponta que os empregados estão se desdobrando para atender a demanda, muitos foram convocados para trabalhar no final de semana, mudando a rotina do funcionário e prejudicando o momento de lazer, estudo e convívio familiar. Sem falar nos problemas operacionais que dificultam o atendimento.

Além de reconhecer a importância do programa para a Caixa, o país e sociedade, a CEE também reforça que o banco precisa solucionar os problemas de forma ágil e que o trabalho aos finais de semana deve ser feito de forma voluntária.

Ano movimentado para bancários da Bahia e Sergipe

OS BANCÁRIOS devem se organizar para não perder nenhuma atividade da categoria neste ano. Entre abril e setembro, os trabalhadores têm uma programação recheada de encontros e conferências estaduais/regionais.

Em abril, no dia 12, acontece o 2º Encontro da Diversidade Bancária LGBTQIAP+ Bahia e Sergipe, no auditório do Real Classic Bahia Hotel, no bairro da Pituba, em Salvador, com o tema Resistência x Conservadorismo. Já no dia 17 de maio,

será o 8º Encontro das Bancárias da Bahia e Sergipe.

Não para por aí. A 27ª Conferência dos Bancários será realizada no dia 19 de julho e o 9º Encontro da Juventude Bancária está marcado para 21 de setembro. Outras atividades e manifestações também devem acontecer ao longo do ano.

Importante destacar que os detalhes de cada evento serão publicados no site do Sindicato dos Bancários da Bahia. Então se ligue para não perder!

Prédios vazios e ruas cheias

A crise habitacional brasileira é mais um produto do capital

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

NO BRASIL, há mais imóveis do que pessoas para morar, enquanto a população em situação de rua bate recordes. O paradoxo é cruel: prédios e casas vazias contrastam com 281 mil pessoas dormindo ao relento. A especulação imobiliária transforma moradia em mercadoria, excluindo milhões do direito básico de ter um teto.

Estudo da WRI Brasil mostra

que, de 1993 a 2020, o número de imóveis cresceu mais do que a população. São Paulo e Rio de Janeiro lideram a verticalização, mas, paradoxalmente, a população está estagnada ou em baixa. Enquanto isto, periferias e cidades menores se expandem horizontalmente, em periferias, sem infraestrutura adequada.

A contradição escancara o modelo de desenvolvimento de exclusão. Imóveis vazios acumulam valor para investidores, mas não resolvem a crise habitacional. Políticas públicas ineficazes perpetuam o déficit de moradia e o avanço da desigualdade. As cidades infelizmente crescem para poucos.



Brasil tem mais de 281 mil pessoas em situação de rua em 2025



SAQUE

Rogaciano Medeiros

CUSTA NADA Além da prisão, importante para fazer justiça, desconstruir a noção de impunidade e mostrar à sociedade que o crime não compensa, Bolsonaro e demais réus por conspiração para golpe de Estado deveriam ser obrigados a participar de cursos sobre democracia, com impacto na progressão da pena, para ver se muda a mente golpista deles. Tarefa difícil, mas vale a pena tentar.

PURA REALIDADE De muita lucidez, as constatações do jurista Pedro Serrano ao 247: “O Brasil está mostrando ao mundo que é possível defender a democracia com métodos democráticos e humanistas”. Outra: “Golpes são uma praga na história do Brasil. Da Independência à República, de 1964 a 2016. Pela primeira vez, estamos reagindo judicialmente”. Foi no âmago.

ESTÁ DISSIPANDO O fato de 66% da população brasileira acharem que houve tentativa de golpe e Bolsonaro está envolvido, como mostram as pesquisas, deixa duas impressões. Primeira: a estratégia da defesa de querer desqualificar o julgamento não está colando. Segunda: o apoio ao fascínio de cresce à medida que o sistema de justiça enquadra os golpistas na lei. Democracia neles.

COMPLEXO DILEMA A prospecção de petróleo na Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, é um dilema complexo. Evidentemente, causará impacto ambiental negativo, próprio da atividade, mas o Brasil também não pode ficar sem explorar suas riquezas, gerar emprego e renda. Resta a adoção de critérios rígidos para reduzir danos e garantir boas contrapartidas sociais.

GIRANDO RÁPIDO Enquanto os EUA, ditos capitalistas, defensores do livre mercado, se fecham para o mundo com supertaxações a produtos estrangeiros, a China, considerada comunista, aproveita o momento e anuncia mais abertura econômica para fazer frente ao protecionismo. E ainda há quem duvide que a terra é redonda. Aliás, tem dado voltas com velocidade cada vez maior.

Mercado de apostas fora de controle

O MERCADO de apostas ilegais no Brasil é um dos maiores do mundo e continua crescendo sem controle. Estima-se que cerca de 60% das apostas realizadas no país operam fora da lei, movimentando mais de R\$ 1 bilhão por mês.

Este setor bilionário não paga impostos e, sem regulamentação, segue à margem da fiscalização, prejudicando a economia e expondo os consumidores a riscos gigantescos. Enquanto isto, o governo segue sem tomar medidas eficazes para controlar o mercado e impedir o avanço das casas de apostas ilegais.

Com a falta de regulamentação, o Brasil deixa de arrecadar bilhões de reais que poderiam ser usados para melhorar servi-

ços cruciais como saúde e educação. Além disto, o crescimento das apostas ilegais alimenta o crime organizado e agrava a vul-

nerabilidade das camadas mais pobres da população. O governo está perdendo a chance de controlar um setor que poderia gerar empregos e tributos, além de criar um ambiente mais seguro para quem deseja apostar.

Legalizar as apostas não é só questão de arrecadação, mas de responsabilidade social. O Brasil precisa urgentemente criar um marco regulatório para garantir a proteção dos consumidores e a justiça fiscal, antes que o mercado ilegal continue dominando e prejudicando a sociedade de forma irreversível.

